

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO,
NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA FERTILIZANTES
HERINGER S.A.**

entre

FERTILIZANTES HERINGER S.A.,
como Emissora,

e

PENTÁGONO S.A. DTVM
*representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente
emissão*

e, como intervenientes anuentes

DALTON DIAS HERINGER e sua cônjuge
ENY DE MIRANDA HERINGER

DALTON CARLOS HERINGER e sua cônjuge
LUCIANA DE CÁSSIA DORDETTI HERINGER

JULIANA HERINGER REZENDE e seu cônjuge
RODRIGO BORTOLINI REZENDE

Datada de

2 de agosto de 2010

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO,
NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA FERTILIZANTES
HERINGER S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

FERTILIZANTES HERINGER S.A., companhia aberta com sede na Avenida Idalino, Carvalho, s/nº, na Cidade de Viana, Estado de Espírito Santo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.266.175/0001-88 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o NIRE nº 26300009994, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora"; e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 4, Edifício Buenos Aires, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001.38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominado simplesmente "Agente Fiduciário";

com a interveniência e anuência de

Sr. **DALTON DIAS HERINGER**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.710.538 – SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 071.645.997-34; e sua cônjuge, Sra. **ENY DE MIRANDA HERINGER**, brasileira, casada, comerciante, portadora da Cédula de Identidade nº M-807.316 SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 008.091.327-02; Sr. **DALTON CARLOS HERINGER**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.385.575-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 998.158.007-44; e sua cônjuge, Sra. **LUCIANA DE CÁSSIA DORDETTI HERINGER**, brasileira, casada, artesão, portadora da Cédula de Identidade nº 20.330.800 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 110.513.148-36; e **JULIANA**

HERINGER REZENDE, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 628.692-SSP/ES, inscrita no CPF/MF sob o nº 002.715.207-36; e seu cônjuge **RODRIGO BORTOLINI REZENDE**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 588.750 SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 909.473.637-34, titulares das ações objeto de garantia real e fiadores da presente emissão de debêntures, em conjunto, doravante denominados simplesmente "Controladores" "Fiadores";

celebram a presente "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Fertilizantes Heringer S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo.

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na tabela abaixo.

Ações	São todas as ações do capital social da Emissora que sejam ou venham a ser de titularidade dos Controladores, observando-se que tais ações serão objeto de alienação fiduciária, em benefício dos Debenturistas, por meio desta Escritura.
AGE	Assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 30 de julho de 2010, que deliberou a realização da Emissão.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Amortização Extraordinária	Amortização de um percentual do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, em data diversa das datas de amortização

programada, desde que obedecidas determinadas condições previstas nesta Escritura.

ANBIMA

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Assembleia Geral ou Assembleia Geral de Debenturistas

Assembleia Geral de Debenturistas.

Banco Mandatário e Instituição Depositária

Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12.

BB-BI

BB - Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 105 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30.

Bradesco BBI

Banco Bradesco BBI S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93.

CETIP

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

CNPJ/MF

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

Contrato de Colocação

Instrumento Particular de Colocação com Esforços

	<p>Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária e com Garantia Real e Fidejussória, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Duas Séries, da 1ª Emissão Pública da Fertilizantes Heringer S.A. celebrado entre os Coordenadores e a Emissora.</p>
Controladores	Os senhores Dalton Dias Heringer, Dalton Carlos Heringer e Juliana Heringer Rezende.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400. 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30
Coordenadores	Itaú BBA, Bradesco BBI, BB-BI e HSBC, designados em conjunto.
CPF/MF	Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data da Amortização Extraordinária	Data em que a Emissora pagará o Valor da Amortização Extraordinária aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura.
Data de Emissão	1º de agosto de 2010.
Data de Pagamento de Remuneração	Data em que a Emissora pagará a Remuneração aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura.
Data de Vencimento	1º de fevereiro de 2014.
Debêntures	As 228 (duzentas e vinte e oito) debêntures simples, não

	<p>convertíveis em ações, da espécie quirografária, da 1ª (primeira) emissão da Fertilizantes Heringer S.A.</p>
Debêntures da 1ª Série	<p>As 178 (cento e setenta e oito) Debêntures integrantes da 1ª (primeira) série da presente Emissão.</p>
Debêntures da 2ª Série	<p>As 50 (cinquenta) Debêntures integrantes da 2ª (segunda) série da presente Emissão.</p>
Debêntures em Circulação	<p>Todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores e empresas controladoras, direta ou indiretamente, da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau. Os itens (ii) (a) (b) e (c) aqui tratados são para efeito de deliberação em eventual Assembleia Geral de Debenturistas.</p>
Debenturistas	<p>Os titulares das Debêntures.</p>
Direitos de Participação	<p>São todos os frutos, rendimentos, vantagens e direitos dos Controladores decorrentes das Ações, inclusive lucro, fluxo de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou quaisquer outros proventos, quaisquer bonificações, desdobramentos, grupamentos e aumentos de capital por capitalização de lucros e/ou reservas associados às Ações.</p>
Emissão	<p>1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.</p>
Emissora	<p>Fertilizantes Heringer S.A.</p>
Encargos Moratórios	<p>Encargos moratórios previstos no item 5.10.3 desta</p>

	Escritura.
Escritura	A presente Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Fertilizantes Heringer S.A.
Eventos de Vencimento Antecipado	São os eventos listados no item 7.3 desta Escritura.
Fiadores	Os senhores Dalton Dias Heringer, e sua cônjuge, Eny de Miranda Heringer, Dalton Carlos Heringer, e sua cônjuge, Luciana de Cássia Dordetti Heringer, Juliana Heringer Rezende, e seu cônjuge, Rodrigo Bortolini Rezende.
HSBC	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.229.246/0001-10.
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índices Financeiros	Aqueles estabelecidos no Anexo I.
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Instrução CVM nº 409/04

Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

Instrução CVM nº 476/09

Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Investidores Qualificados

São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

JUCEES

Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

Lei nº 4.728/65

Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada.

Lei nº 6.404/76

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Período de Capitalização

Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros e/ou principal imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de

	Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros e/ou principal correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.
Prêmio	Prêmio incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária ou sobre o Valor do Resgate Antecipado, conforme o caso.
RCA	Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 30 de julho de 2010, que deliberou determinadas características da Emissão.
Remuneração	Juros remuneratórios correspondentes à taxa de 100% (cem por cento) da Taxa DI, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, acrescida de <i>spread</i> ou sobretaxa de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, calculada de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> , por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou das datas de pagamento previstas nos itens 5.6.2 e 5.8.1 desta Escritura, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.
Taxa DI	Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, DI de um dia, “ <i>over extra grupo</i> ”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
Valor da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário ou do saldo do

Extraordinária	Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração incidente sobre o respectivo valor da amortização, devida desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a Data da Amortização Extraordinária.
Valor Garantido	Valor total das obrigações inerentes à Emissão garantido pela fiança e pela alienação fiduciária das Ações, que inclui, mas não se limita a: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, Encargos Moratórios e Prêmio, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) outras despesas relacionadas à Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas judiciais e verbas indenizatórias, quando houver.
Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão.

2. DA AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 30 de julho de 2010 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de julho de 2010.

3. DOS REQUISITOS

3.1 A Emissão, conforme definida abaixo, será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

3.1.1.1 As atas da AGE e da RCA serão devidamente arquivadas na JUCEES e publicadas no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

3.1.2 Inscrição da Escritura

3.1.2.1 Vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos serão devidamente arquivadas na JUCEES e deverão ser enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 20 (vinte) dias contados a partir da respectiva data de assinatura, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.

3.1.3 Registro na CVM

3.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

3.1.4 Registro na ANBIMA

3.1.4.1 Conforme dispõe o §1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

3.1.5 Registro em Cartório de Títulos e Documentos

3.1.5.1 A presente Escritura, em função da garantia fidejussória e da alienação fiduciária prestadas, será registrada nos cartórios de registro de títulos e documentos das Cidades de Viana, Estado do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de Campinas, Estado de São Paulo, na forma prevista na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em até 20 (vinte) dias corridos contados da assinatura desta Escritura. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

3.1.6 Averbação no Livro da Instituição Escriuradora das Ações

3.1.6.1 A alienação fiduciária das Ações dada como garantia da Emissão, será averbada nos livros da Instituição Escriuradora das Ações, nos termos do artigo 40, II da Lei nº 6.404/76, em até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura da Escritura. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal averbação, os Controladores deverão encaminhar ao Agente Fiduciário cópia dos extratos da conta de depósito fornecida aos Controladores pela Instituição Escriuradora.

3.1.6.2 Caso os Controladores venham a subscrever ou adquirir, direta ou indiretamente, novas ações de emissão da Emissora, durante a vigência desta Escritura, seja na forma dos artigos 167, 169 e 170 da Lei 6.404/76, seja por força dos Direitos de Participação ou sob qualquer outra forma, substituindo ou não as Ações, a alienação fiduciária dessas novas ações, conforme disposto no item 6.1.1 abaixo, deverá ser objeto de averbação nos livros da Instituição Escriuradora das Ações, nos termos do artigo 40, II da Lei nº 6.404/76, em até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do respectivo aditivo à Escritura. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal averbação, os Controladores deverão encaminhar ao Agente Fiduciário cópia dos extratos da conta de depósito fornecida aos Controladores pela Instituição Escriuradora.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1 A Emissora tem por objeto (i) a importação, exportação, comércio e indústria de fertilizantes, matérias primas correlatas, corretivos agrícolas em geral e insumos de solo, (ii) a importação, exportação e comércio de materiais agrícolas em geral, matérias primas, insumos agropecuários modernos e produtos veterinários, (iii) a exploração de transporte rodoviário, (iv) a prestação de serviços na área industrial a terceiros, (v) a venda de energia elétrica excedente do processo de produção e (vi) a construção civil de fábricas de sua propriedade.

4.2 Número da Emissão

4.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos.

4.3 Número de Séries

4.3.1 A Emissão será realizada em 2 (duas) séries.

4.4 Montante da Emissão

4.4.1 O montante total da Emissão será de R\$ 228.000.000,00 (duzentos e vinte e oito milhões de reais), considerados os valores das Debêntures da 1ª Série e da 2ª Série, na Data de Emissão.

4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1 Serão emitidas 228 (duzentas e vinte e oito) debêntures, sendo que a primeira série será composta por 178 (cento e setenta e oito) Debêntures e a segunda série será composta por 50 (cinquenta) Debêntures.

4.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária

4.6.1 O banco mandatário e a instituição depositária será o Banco Bradesco S.A.

4.7 Destinação dos Recursos

4.7.1 Os recursos obtidos com a subscrição das Debêntures da 1ª Série serão utilizados para o pagamento de passivos financeiros cujo vencimento ocorra até 30 de novembro de 2010 e para o reforço de capital de giro. Os recursos obtidos com a subscrição das Debêntures da 2ª Série serão utilizados exclusiva e integralmente para o reforço de capital de giro em suas atividades relacionadas ao agronegócio, assim entendidas as atividades relacionadas com a produção, comercialização, beneficiamento, ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários.

4.8 Limite da Emissão

4.8.1 A Emissão atende ao limite de emissão previsto no artigo 60, *caput*, da Lei nº 6.404/76, uma vez que seu capital social, na Data de Emissão, é de R\$ 448.746.223,56 (quatrocentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e seis mil, duzentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos) e o valor total da Emissão é de R\$ 228.000.000,00 (duzentos e vinte e oito milhões de reais).

4.9 Registro na CETIP

4.9.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do SNT – Módulo de Distribuição de Títulos; e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.9.2 Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09.

4.10 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.10.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30, Banco Bradesco BBI S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.450, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93, BB - Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 105 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30 e HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.229.246/0001-10, e

serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o quanto estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do “Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária e com Garantia Real e Fidejussória, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Duas Séries, da 1ª Emissão Pública da Fertilizantes Heringer S.A.”, celebrado entre os Coordenadores e a Emissora.

4.10.2 A colocação das Debêntures de cada Série deverá ser efetuada conforme regulado no Contrato de Colocação e de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

4.10.3 A Emissora não poderá realizar uma nova emissão de debêntures antes que a totalidade das Debêntures seja colocada ou que seja cancelado o saldo não colocado das Debêntures, nem as Debêntures da 2ª Série poderão ser colocadas antes de colocadas todas as Debêntures da 1ª Série, ou cancelado o saldo não colocado das Debêntures, observado o parágrafo 3º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, e as restrições da Instrução CVM 476/09.

5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

5.1.1 Valor Nominal Unitário

5.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão, conforme definido abaixo.

5.1.2 Data de Emissão

5.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão de ambas as séries de Debêntures será 1º de agosto de 2010.

5.1.3 Prazo e Data de Vencimento das Debêntures

5.1.3.1 O vencimento das Debêntures de ambas as séries ocorrerá ao término do prazo de 42 (quarenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto,

5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido pela Remuneração, conforme definido abaixo, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

5.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

5.4 **Direito de Preferência**

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.5 **Atualização do Valor Nominal Unitário**

5.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

5.6 **Remuneração**

5.6.1 As Debêntures de ambas as Séries farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over* extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de *spread* ou sobretaxa de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou das datas de pagamento previstas no item 5.6.2 abaixo, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo.

5.6.2 A Remuneração de ambas as Séries de Debêntures será paga semestralmente, sempre no dia 1º (primeiro) dos meses de fevereiro e agosto, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 1º de fevereiro de 2011 e o último, na Data de Vencimento.

5.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator de Juros”, Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}), \text{ onde:}$$

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{T DI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

“TDI_k” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

“DI_k” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread é igual a 4,500

“n” é o número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização e a data atual, sendo “n” um número inteiro;

5.6.3.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

5.6.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI_k que seria aplicável.

5.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 15 (quinze) dias acima ou à data de extinção, Assembleia Geral de Debenturistas para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, as fórmulas do item 5.6.3 acima e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI_k divulgada oficialmente.

5.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

5.6.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na Assembleia realizada conforme o item 5.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida entre:

- i) resgate antecipado, pela Emissora, e consequente cancelamento da totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas serão utilizadas as fórmulas do item 5.6.3 acima e na apuração de TDIK será utilizada a última Taxa DIK divulgada oficialmente; ou
- ii) definição de cronograma e valores de amortização das Debêntures em circulação a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento, findo o qual a totalidade das Debêntures em Circulação será resgatada. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures em Circulação. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada a taxa substitutiva apresentada pelos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas.

5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

5.8 Amortização Programada

5.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures de ambas as Séries na Data de Emissão será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira em 1º de fevereiro de 2012, da seguinte forma:

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão)	Data de Pagamento
33,3333% (trinta e três inteiros e três mil, trezentos e trinta	1º de fevereiro de 2012

e três milionésimos por cento)	
33,3333% (trinta e três inteiros e três mil, trezentos e trinta e três milionésimos por cento)	1º de fevereiro de 2013
33,3334% (trinta e três inteiros e três mil, trezentos e trinta e quatro milionésimos por cento)	1º de fevereiro de 2014

5.9 Amortização Extraordinária

5.9.1 A Emissora poderá realizar amortizações extraordinárias do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas", que deverá ser enviado ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da data da Amortização Extraordinária. O Aviso aos Debenturistas deverá conter, no mínimo, (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures na data de Amortização Extraordinária, (ii) percentual e o Valor da Amortização Extraordinária, (iii) percentual e valor do Prêmio incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária; (iv) data de pagamento e (v) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

5.9.2 O Valor da Amortização Extraordinária será dividido proporcionalmente entre as duas séries de Debêntures, não sendo facultado à Emissora escolher a série de Debêntures a ser amortizada.

5.9.3 Na data do pagamento da Amortização Extraordinária, deverão ser pagos (i) o Valor da Amortização Extraordinária e (ii) o Prêmio, cujo percentual será definido conforme abaixo descrito:

- i) 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento), se a Amortização Extraordinária ocorrer até o final do 18º (décimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, até 1º de fevereiro de 2012, inclusive, e;
- ii) 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) se a Amortização Extraordinária ocorrer após o 18º (décimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, após 1º de fevereiro de 2012, exclusive.

5.9.4 A Amortização Extraordinária deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação, limitando-se a 90% (noventa por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no SND, a Amortização Extraordinária seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, que deverá ser comunicada de sua realização, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5.10 Condições de Pagamento

5.10.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.10.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pela instituição depositária contratada para este fim.

5.10.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.10.2 Prorrogação dos Prazos

5.10.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

5.10.3 Encargos Moratórios

5.10.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento), ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.10.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.10.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.10.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento, ou do comunicado publicado pela Emissora.

5.11 *Publicidade*

5.11.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

6. **DAS GARANTIAS**

6.1 *Alienação Fiduciária de Ações*

6.1.1 Para garantir o integral e pontual pagamento de todas as obrigações assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura, os Controladores, de forma irrevogável e irretratável, alienam fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 40 da Lei nº 6.404/76, do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65 e dos artigos 1.361 e seguintes do Código

Civil, 32.844.580 (trinta e dois milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quinhentas e oitenta) Ações de sua propriedade, conforme descrito na tabela abaixo, correspondentes a 67,761% (sessenta e sete inteiros e setecentos e sessenta e um milésimos por cento) do capital social da Emissora, bem como todas as novas ações de emissão da Emissora que os Controladores venham a subscrever ou adquirir, direta ou indiretamente, no futuro, durante a vigência desta Escritura, seja na forma dos artigos 167, 169 e 170 da Lei 6.404/76, seja por força dos Direitos de Participação ou sob qualquer outra forma, substituindo ou não as Ações, de forma que o percentual acima referido seja sempre mantido.:

Acionista Controlador	Número de Ações	Percentual sobre o Capital Social
Dalton Dias Heringer	24.984.904	51,546%
Dalton Carlos Heringer	3.946.557	8,142%
Juliana Heringer Rezende	3.913.119	8,073%
Total	32.844.580	67,761%

6.1.2 Nos termos do item 6.1.1 acima, ficam transferidos aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, o domínio resolúvel e a posse indireta das Ações, tornando-se os Controladores possuidores diretos e depositários das Ações, com todas as responsabilidades e encargos legais.

6.1.3 Integram a garantia constituída nos termos desta Escritura todos os Direitos de Participação associados às Ações.

6.1.4 Eventuais novos direitos que venham a ser conferidos aos Controladores em razão da titularidade das Ações incorporar-se-ão automaticamente à presente garantia, passando a integrar os Direitos de Participação para todos os fins desta Escritura.

6.1.5 Todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Ações, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora integrarão automaticamente a presente garantia.

6.1.6 Desde que nenhum dos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme definido na cláusula sétima abaixo, tenha ocorrido e/ou esteja persistindo, os Controladores,

como regra geral, continuarão a exercer, em relação às Ações, todos os direitos políticos e patrimoniais, Direitos de Participação e prerrogativas conferidos por lei e permanecerão sujeitos a todos os deveres inerentes a tal condição. Os Controladores obrigam-se a não exercer o direito de voto nem conceder qualquer consentimento, renúncia ou ratificação, tampouco praticar qualquer outro ato que de qualquer maneira viole ou seja incompatível com ou prejudique os termos desta Escritura.

6.1.7 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e até que tal evento seja sanado ou até que as Ações sejam utilizadas para a liquidação do Valor Garantido, o exercício, pelos Controladores, do direito de voto, em relação às Ações, para a deliberação de qualquer matéria, estará sujeito à autorização prévia e por escrito dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, os quais terão o direito de vetar, a seu exclusivo critério, quaisquer deliberações que os Controladores pretendam tomar em Assembléia Geral da Emissora.

6.1.8 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e até que tal evento seja sanado ou até que as Ações sejam utilizadas para a liquidação do Valor Garantido, todos e quaisquer pagamentos relativos aos Direitos de Participação e quaisquer outros rendimentos distribuídos pela Emissora em relação às Ações deverão ser realizados em benefício dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, conforme instruções a serem fornecidas à Emissora pelo Agente Fiduciário.

6.1.9 Os Controladores declaram e garantem aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, para todos os fins de direito, que:

- i) são os únicos e exclusivos proprietários das Ações e estão autorizados a aliená-las fiduciariamente, sendo plenamente válida e eficaz a presente alienação fiduciária, nos termos da legislação em vigor; e
- ii) as Ações não estão nem estarão sujeitas, até o pagamento integral das Debêntures, a quaisquer outros ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, exceto por aqueles que tenham sido constituídos por esta Escritura, comprometendo-se ainda a não as alienar, onerar, gravar, ceder ou transferir a quaisquer terceiros, sob qualquer forma, sem a prévia e expressa autorização por escrito dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário.

6.1.10 As principais características das obrigações garantidas por meio da alienação fiduciária das Ações são:

- i) o total da dívida corresponde ao valor total da Emissão, previsto no item 4.4 desta Escritura;
- ii) o prazo fixado para pagamento da Remuneração é aquele previsto no item 5.6 e, para a amortização, o previsto no item 5.8 desta Escritura;
- iii) a taxa de juros das Debêntures é aquela fixada no item 5.6 desta Escritura;
- iv) os bens dados em alienação fiduciária em garantia são 32.844.580 (trinta e dois milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quinhentas e oitenta) ações de emissão da Emissora, de propriedade dos Controladores, bem como todas as novas ações de emissão da Emissora que os Controladores venham a subscrever ou adquirir, direta ou indiretamente, no futuro, durante a vigência desta Escritura, conforme descrito no item 6.1.1 acima;
- v) a cláusula penal das Debêntures é a multa de 2% (dois por cento) prevista no item 5.10.3.1 desta Escritura;
- vi) as Debêntures não serão atualizadas monetariamente; e
- vii) incidirão ainda sobre as Debêntures (a) o Prêmio, previsto no item 5.9.3 e (b) os juros de mora de 1% (um por cento) ao mês previstos no item 5.10.3.1 desta Escritura.

6.1.10.1 As demais características das obrigações garantidas estão previstas nesta Escritura.

6.1.11 Os Controladores deverão, em até 5 (cinco) dias corridos a contar da assinatura desta Escritura, enviar cópia deste instrumento para a Instituição Escrituradora, solicitando a averbação da alienação fiduciária das Ações em seus livros e anotação nos extratos de conta de depósito de cada um dos Controladores.

6.1.12 Nos termos do artigo 40 da Lei 6.404/76, a averbação mencionada no item 6.1.11 acima deverá ser feita nos seguintes termos: *"Conforme Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Fertilizantes Heringer S.A., celebrada em 2 de agosto de 2010 e arquivada na sede da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia"), foram alienadas fiduciariamente em garantia 32.844.580 (trinta e dois milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quinhentas e oitenta) ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por Dalton Dias Heringer, Dalton Carlos Heringer e Juliana Heringer Rezende, bem como todos os bens, direitos, rendimentos e/ou valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer forma entregues ou pagos a referidos acionistas mediante a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio, permuta, cessão, venda ou qualquer outra forma de alienação destas ações, incluindo quaisquer bens, títulos ou valores mobiliários nos quais elas sejam convertidas, em favor dos titulares das debêntures da primeira emissão da Companhia, representados pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em garantia ao cumprimento de todas as obrigações oriundas de tais debêntures"*. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal averbação, os Controladores deverão encaminhar ao Agente Fiduciário cópia dos referidos extratos comprovando a averbação da garantia.

6.1.13 Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, exercerá todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, especialmente aqueles de execução previstos no Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, inclusive os poderes *ad judicium* e *ad negotia*, em especial aqueles para vender as Ações a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, devendo aplicar o preço da venda no pagamento do Valor Garantido e das despesas decorrentes das Debêntures ou dos procedimentos de excussão. Havendo saldo positivo, tal valor deverá ser entregue aos Controladores. A venda das Ações poderá ser realizada em bolsa de valores, seguindo os procedimentos especiais estabelecidos na Instrução CVM nº 168, de 23 de dezembro de 1991, naquilo que for aplicável sobre alienação do controle acionário, previsto em seu artigo 2º, inciso VII. Em qualquer hipótese, os Controladores desde já autorizam os Debenturistas, aqui representados pelo Agente Fiduciário a dar quitação e assinar quaisquer documentos ou termos, por mais especiais que sejam, necessários à prática dos atos aqui

referidos, inclusive, conforme aplicável, firmar os respectivos contratos de venda e compra, receber valores, dar quitação e transigir, podendo solicitar todas as averbações, registros e autorizações que porventura sejam necessários para a efetiva venda e transferência das Ações. Todos os atos aqui listados serão praticados sem a necessidade de aviso prévio ou notificação aos Controladores.

6.1.13.1 Na hipótese de as Ações serem vendidas conforme item 6.1.13 acima, não será aplicável o direito de preferência previsto no acordo de acionistas celebrado entre os Controladores em 20 de março de 2007.

6.1.14 Os Controladores, por meio desta Escritura, nomeiam e constituem o Agente Fiduciário seu bastante procurador e mandatário, outorgando-lhe poderes especiais para praticar todo e qualquer ato necessário com relação às Ações, inclusive aqueles necessários para a execução das garantias aqui previstas, com o objetivo de garantir o pontual e integral cumprimento das obrigações desta Escritura, inclusive firmar recibos, termos ou quaisquer outros documentos em nome dos Controladores, sendo-lhe vedado o substabelecimento. O presente mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 do Código Civil.

6.1.15 Caso o produto da execução da garantia não seja suficiente para a integral liquidação do Valor Garantido e das despesas decorrentes da venda das Ações, os Controladores permanecerão responsáveis pelo pagamento do saldo remanescente, nos termos do artigo 66-B, §5º, da Lei nº 4.728/65. Caso após a integral liquidação do Valor Garantido e das despesas com a venda extrajudicial, seja apurado saldo positivo, o Agente Fiduciário entregará tal saldo aos Controladores, acompanhado do respectivo demonstrativo de sua apuração, nos termos do artigo 66-B, §3º, da Lei nº 4.728/65.

6.1.16 Os Controladores obrigam-se a praticar todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias à realização da venda das Ações.

6.2 *Garantia Fidejussória*

6.2.1 Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, os Fiadores prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadores e principais responsáveis pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da presente Escritura, conforme os termos e condições abaixo delineados.

6.2.2 Os Fiadores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores e principais pagadores, de forma solidária, do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos da presente Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

6.2.3 O valor da fiança ora prestada pelos Fiadores é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, Encargos Moratórios e Prêmio, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) outras despesas relacionadas à Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas judiciais e verbas indenizatórias, quando houver.

6.2.4 O Valor Garantido será pago pelos Fiadores, de forma solidária, podendo o Agente Fiduciário exigir o Valor Garantido de cada um ou de todos os Fiadores, resguardado o direito de regresso entre os Fiadores, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário aos Fiadores, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor será pago em até 1 (um) dia útil da referida notificação, em qualquer hipótese, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

6.2.5 Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

6.2.6 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

6.2.7 Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto do presente item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por eles honrada.

6.2.8 A presente fiança entra em vigor da Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, sendo certo que somente a partir de tal data os Fiadores estarão desobrigados de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura.

6.2.9 A presente fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial e extrajudicialmente, quantas vezes for necessário até a integral liquidação dos valores devidos em razão das Debêntures.

6.2.10 Os Fiadores, desde já, reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

6.2.11 Os Fiadores comparecem nesta Escritura anuindo solidariamente com a fiança prestada e, portanto, suprimindo a exigência legal de outorga uxória prevista no artigo 1.647, III, do Código Civil.

7. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1 Aquisição Antecipada Facultativa

7.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii)

permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, devendo no primeiro caso, ser objeto de aditamento à presente Escritura.

7.2 Resgate Antecipado

7.2.1 Ficará facultado à Emissora resgatar, a qualquer tempo, a totalidade das Debêntures em Circulação, mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas", que deverá ser enviado ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da data do resgate. Sobre o valor a ser resgatado, incidirá a Remuneração sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo resgate, acrescido dos demais encargos devidos e o Prêmio mencionado no item 5.9.3 acima.

7.2.1.1 A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate antecipado das Debêntures com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

7.2.1.2 Não será admitido o resgate parcial de Debêntures. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

7.3 Vencimento Antecipado

7.3.1 O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, observado o disposto no item 7.3.2 abaixo, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, nos termos da cláusula 5.6 desta Escritura, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, incompletas, imprecisas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou Fiadores, no âmbito da Emissão;
- ii) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas nas respectivas datas de vencimento;
- iii) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanadas no prazo de 15 (quinze) dias da comunicação do Agente Fiduciário, por escrito, do referido descumprimento, quando não houver prazo diverso definido na presente Escritura;
- iv) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias e/ou execução de quaisquer obrigações, coobrigações ou garantias assumidas pela Emissora, sua controladora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas, incluindo os Fiadores, em valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida;
- v) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, bem como fusão, cisão ou incorporação, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelo atual acionista controlador, do poder de controle da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ou quando não observado o disposto no artigo 231 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável;
- vi) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou os Fiadores, ainda que na condição de garantidores, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou Fiadores, (b) for cancelado ou tenha seus efeitos sustados por decisão judicial, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora ou pelos Fiadores e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;

- vii) não cumprimento de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora ou dos Fiadores;
- viii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão, de autofalência, decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora, sua controladora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas;
- ix) propositura de execuções judiciais ou autuações pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência no valor unitário ou agregado, de, no mínimo, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora seja responsável, não sanado no prazo de 60 (sessenta) dias corridos;
- x) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de seqüestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- xi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;
- xii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, exceto se previamente aprovada por Debenturistas;
- xiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou pelos Fiadores das obrigações a serem assumidas nesta Escritura;
- xiv) não observância de qualquer dos Índices Financeiros medidos de acordo com o Anexo I desta Escritura, exceto nos casos descritos nos itens 2.3.3 e 3.3.3 do Anexo I;

- xv) caso a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures venham a infringir quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, ou implique em:
 - (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos;
 - (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou
 - (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- xvi) realização de redução de capital social, resgate ou amortização de ações da Emissora, após a Data de Emissão, sem a prévia anuência de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- xvii) pagamento de dividendos, de juros sobre o capital próprio ou de qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- xviii) deterioração ou perecimento das garantias prestadas nesta Escritura sem que os Controladores ou Fiadores reforcem ou substituam tais garantias quando solicitadas pelo Agente Fiduciário, em até 15 (quinze) dias contados da data de notificação do Agente Fiduciário, por outras suficientes para garantir as obrigações desta Escritura;
- xix) inclusão da Emissora em cadastros de órgãos de proteção ao crédito por inadimplemento de obrigação de valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- xx) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura; e
- xxi) demais hipóteses previstas em lei.

7.3.2 Para os fins de que trata esta Escritura, considera-se Data de Vencimento Antecipado qualquer uma das seguintes datas:

- i) a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (ii), (iii), (iv), (v), (vii), (viii), (x), (xi), (xii), (xiii), (xv), (xvi), (xvii), (xviii) e (xxi) do item 7.3.1 acima ("Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática"), mesmo que a comunicação escrita, prevista no item 7.3.6. abaixo, seja recebida pela Emissora posteriormente, sendo certo que nessas hipóteses, o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e
- ii) ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (i), (vi), (ix), (xiv), (xix) ou (xx) do item 7.3.1. acima ("Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD"), será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 7.3.3. abaixo, na qual os Debenturistas tenham deliberado pela declaração de vencimento antecipado das Debêntures ou, no caso previsto no item 7.3.4. abaixo, será a data marcada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação na qual o quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado.

7.3.3 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, Assembleia Geral de Debenturistas para declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

7.3.4 Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 7.3.3 acima não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

7.3.5 Uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 7.3.3. anterior, será necessário o quorum especial de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures.

7.3.6 O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, nos termos da Cláusula 13.1 desta Escritura, eventual vencimento antecipado das Debêntures à Emissora, à CETIP e ao Banco Mandatário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados (i) de sua ciência da ocorrência de uma das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática; (ii) da realização da Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o

vencimento antecipado das Debêntures, no caso de Evento de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD; ou (iii) da data marcada para a realização da Assembleia de Debenturistas em segunda convocação, cujo quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado, também no caso de Eventos de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD.

7.3.7 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 15 (quinze) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada nos itens 7.3.6 acima. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

7.3.8 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

8. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro do prazo legal, ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, conforme aplicável, ambas acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) declaração do Diretor de Relações com Investidores de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; e (3) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros para o respectivo exercício, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes e assinado por representante legal da Emissora;
 - b) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor

independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;

- c) dentro de 30 (trinta) dias corridos após sua realização, (1) notificação da convocação, se houver, de qualquer Assembleia Geral de Acionistas ou Reunião do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, da Emissora, incluindo a data da Assembleia ou reunião e a ordem do dia; e (2) cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração da Emissora;
- d) dentro de 5 (cinco) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
- e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em até 5 (cinco) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
- f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 7.3.1 acima no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a sua ocorrência;
- g) uma via original desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCEES em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do seu arquivamento;
- h) sem prejuízo do disposto no item 9.3, alínea (v), desta Escritura, uma via original desta Escritura, devidamente arquivada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Viana, Estado do Espírito Santo, do Rio

de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e de Campinas, Estado de São Paulo, em até 5 (cinco) dias úteis após tal registro;

- i) cópia da AGE, devidamente arquivada na JUCEES, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do seu arquivamento; e
 - j) dentro de 5 (cinco) dias úteis, fornecer qualquer informação que lhe venha a ser solicitada, pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas, acerca da comprovação da utilização dos recursos obtidos com a Oferta.
- ii) sem prejuízo do disposto no item 9.3, alínea (v), desta Escritura, protocolar o pedido de arquivamento desta Escritura e de eventuais aditamentos na JUCEES, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da respectiva data de assinatura;
 - iii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
 - iv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - v) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 10 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - vi) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - vii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
 - viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

- ix) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- xi) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário e da Instituição Depositária, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- xv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:

- a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - d) manter os documentos mencionados no subitem (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder; e
 - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- xvi) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Instituição Depositária, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que previamente aprovadas, quando cabível, por escrito, pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios (devidos apenas na hipótese de cobrança judicial da dívida) e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;

- xviii) rigoroso cumprimento pela Emissora ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supracitadas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais, que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- xix) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- xx) manter os Índices Financeiros de acordo com o Anexo I desta Escritura;
- xxi) comunicar imediatamente os Coordenadores qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures;
- xxii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- xxiii) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- xix) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;

- xx) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- xxi) comunicar aos titulares de Debêntures e às autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares de Debêntures;
- xxii) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM nº 476/09 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400/03;
- xxiii) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da Comunicação de Encerramento, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM nº 400/03;
- xxiv) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão; e
- xxv) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência da Debêntures, arcando com os custos do referido registro.

8.2 As despesas a que se refere a alínea (xvii) do item 8.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- ii) extração de certidões;

- iii) despesas de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e forem, sempre que possível, antecipadamente aprovadas pela Emissora; e
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, previamente aprovados pela Emissora.

9. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário é nomeado como agente fiduciário desta Emissão e expressamente a aceita para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

9.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido no item 9.2 acima, caberá à Emissora efetuar a convocação.

9.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

9.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

9.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83, e eventuais normas posteriores.

9.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEES, onde será inscrita a presente Escritura.

9.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

9.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

9.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- viii) verificar a regularidade da constituição da garantia real e da garantia adicional fidejussória, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- x) intimar a Emissora a reforçar a alienação fiduciária das Ações, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, sendo a Emissora intimada a reforçá-la nas hipóteses de (a) a cotação da ação da Emissora, na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, sofrer desvalorização superior a 20% (vinte por cento) da cotação vigente no fechamento do dia 30 de julho de 2010, a qual era de R\$ 7,91 (sete reais e noventa e um centavos), ou (b) as Ações deixarem de representar, no mínimo, 67,761% (sessenta e sete inteiros e setecentos e sessenta e um milésimos por cento) do capital social da Emissora; o Agente Fiduciário deverá aferir os percentuais referidos neste inciso no dia 30 (trinta) de cada mês e informar aos Debenturistas os resultados até o dia 5 (cinco) do mês subsequente;

- xi) solicitar, desde que comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 5.11.1 acima.;
- xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supra citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório à CVM:
 - a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias real e fidejussória das Debêntures;
- xv) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - c) na CVM; e
 - d) na sede do Coordenador Líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xvi) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;
- xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

- xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP;
- xx) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76; e
- xxi) acompanhar, com o Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

9.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- ii) executar as garantias, aplicando o produto no pagamento das Debêntures de forma integral ou proporcional, conforme o caso;
- iii) requerer a falência da Emissora;
- iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 9.4 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 9.4 (v) acima.

9.6 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, a remuneração de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura da Escritura e as demais parcelas a cada 12 (doze) meses contados do pagamento da primeira parcela.

9.6.1 A remuneração devida ao Agente Fiduciário será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo índice que venha a substituí-lo, a partir da data do pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata o item 9.6 acima.

9.6.2 Os honorários devidos pela Emissora ao Agente Fiduciário serão acrescidos dos seguintes tributos: (i) ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referidos honorários, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.3 Em caso de inadimplemento da Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, e aprovação, pela Emissora, do relatório de horas, referente às seguintes atividades: (a) assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação requerido pela Emissora; (b) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e/ou Assembleias Gerais de Debenturistas; e (iii) implementação das decisões tomadas pelos Debenturistas.

9.7 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente venha a incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios, incluindo:

- i) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam razoáveis e comprovadas; e
- iii) extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.1 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere os incisos acima, por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

9.7.2 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma

prevista no item 9.7.1 acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência na ordem de pagamento.

9.7.3 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.7.4 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data do pagamento.

9.7.5 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

9.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para basear suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

10. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

10.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre Assembleia Geral de Acionistas.

10.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

10.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

10.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

10.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

10.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.8.1 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

10.9 As Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora não votam em Assembleia Geral de Debenturistas.

11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

11.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- vii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
- xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

12. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES

12.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é companhia aberta validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEES, seu registro em Cartório de Títulos e Documentos nos termos previstos nesta Escritura e o registro das debêntures na CETIP;
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;

- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- x) cumprirá todas as disposições desta Escritura, em especial a que se refere a destinação dos recursos obtidos com a colocação das debêntures;
- xi) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles apresentados em relação de processos sob a forma de planilha contendo seus principais dados; e
- xii) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios.

12.2 Os Fiadores declaram e garantem ao Agente Fiduciário que:

- i) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelos Fiadores;
- ii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais os Fiadores sejam parte, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem dos Fiadores, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- iii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação é exigido para o cumprimento, pelos Fiadores, de suas obrigações nos termos desta Escritura; e

- iv) as obrigações assumidas na fiança constituem obrigação legal, válida e vinculativa dos Fiadores, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

12.3 A Emissora e os Fiadores, conforme o caso, se comprometem a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) Para a Emissora:

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

Avenida Idalino Carvalho, s/nº – Bairro Areinha

29135-000 – Viana – ES

At.: Wilson Rio Mardonado

Telefone: (19) 3322-2235

Fax: (19) 3884-7498

Correio eletrônico: wilson.mardonado@heringer.com.br

- ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, 4.200, sala 514, bloco 4, Sala 514 - Edifício Buenos Aires

22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Marcelo da Costa Ribeiro

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: marcelo@pentagonotrustee.com.br

c/c: trustee@pentagonotrustee.com.br

iii) Para os Fiadores:

SR. DALTON DIAS HERINGER

Rua Coronel Silva Teles, 276, apartamento 81, Cambuí
13024-000 – Campinas – SP
Telefone: (19) 3251-2794
Fax: (19) 3884-7498
Correio eletrônico: dalton@heringer.com.br

SR. DALTON CARLOS HERINGER

Avenida Doutor Carlos Grimaldi, 1.171, Condomínio Vila Verde, Lote D-16
13091-628 – Campinas – SP
Telefone: (19) 3206-1261
Fax: (19) 3884-7498
Correio eletrônico: dalton@heringer.com.br

SRA. JULIANA HERINGER REZENDE

Avenida Doutor Carlos Grimaldi, 1.171, Condomínio Vila Verde, Lote C-55
13091-625 – Campinas – SP
Telefone: (19) 3207-1139
Fax: (19) 3884-7498
Correio eletrônico: juliana@heringer.com.br

iv) Para o Banco Mandatário e Instituição Depositária

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar
06029-900 – Vila Yara – Osasco – SP
At.: João Batista de Souza
Telefone: (11) 3684-7911
Fax: (11) 3684-2714
Correio eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br

v) Para a CETIP:

CETIP S.A – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Avenida República do Chile, 230, 11º andar, Centro

20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-002 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

13.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

13.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

13.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nas Cidades de São Paulo e Viana, simultânea ou isoladamente. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

13.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

13.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

13.8 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Viana, 2 de agosto de 2010.

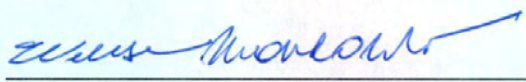
(assinaturas nas páginas seguintes)

(página de assinatura 1/4 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Fertilizantes Heringer S.A." celebrada entre Fertilizantes Heringer e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com a interveniência e anuência de Dalton Dias Heringer e sua cônjuge Eny de Miranda Heringer, Dalton Carlos Heringer e sua cônjuge Luciana de Cássia Dordetti Heringer e Juliana Heringer Rezende e seu cônjuge Rodrigo Bortolini Rezende, em 2 de agosto de 2010)

FERTILIZANTES HERINGER S.A.



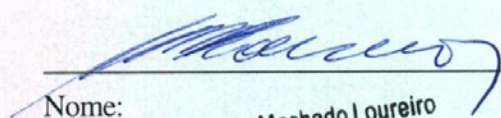
Nome: Fertilizantes Heringer S.A.
Cargo: Rodrigo Bortolini Rezende
CPF: 909.473.637-34
Diretor Financeiro



Nome:
Cargo: Fertilizantes Heringer S.A.
Wilson Rio Mardonado
CPF: 453.614.958-91
Diretor de Controladoria e de
Relações com Investidores

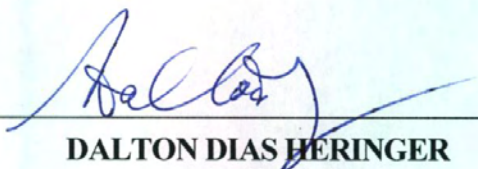
(página de assinatura 2/4 da “Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Fertilizantes Heringer S.A.” celebrada entre Fertilizantes Heringer S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com a interveniência e anuência de Dalton Dias Heringer e sua cônjuge Eny de Miranda Heringer, Dalton Carlos Heringer e sua cônjuge Luciana de Cássia Dordetti Heringer e Juliana Heringer Rezende e seu cônjuge Rodrigo Bortolini Rezende, em 2 de agosto de 2010)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

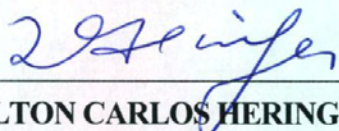

Nome: _____
Cargo: Nathalia Machado Loureiro
Diretora

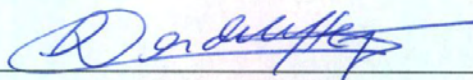
(página de assinatura 3/4 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Fertilizantes Heringer S.A." celebrada entre Fertilizantes Heringer e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com a interveniência e anuência de Dalton Dias Heringer e sua cônjuge Eny de Miranda Heringer, Dalton Carlos Heringer e sua cônjuge Luciana de Cássia Dordetti Heringer e Juliana Heringer Rezende e seu cônjuge Rodrigo Bortolini Rezende, em 2 de agosto de 2010)

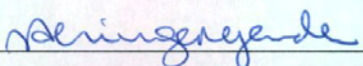
FIADORES


DALTON DIAS HERINGER


ENY DE MIRANDA HERINGER


DALTON CARLOS HERINGER

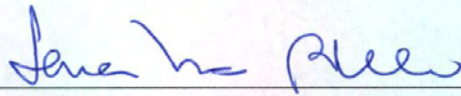

LUCIANA DE CÁSSIA DORDETTI
HERINGER


JULIANA HERINGER REZENDE


RODRIGO BORTOLINI REZENDE

(página de assinatura 4/4 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Fertilizantes Heringer S.A." celebrada entre Fertilizantes Heringer e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com a interveniência e anuência de Dalton Dias Heringer e sua cônjuge Eny de Miranda Heringer, Dalton Carlos Heringer e sua cônjuge Luciana de Cássia Dordetti Heringer e Juliana Heringer Rezende e seu cônjuge Rodrigo Bortolini Rezende, em 2 de agosto de 2010)

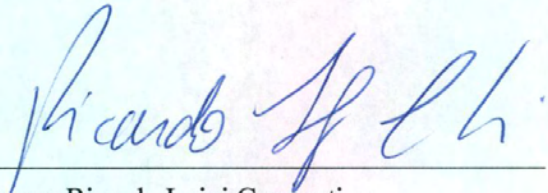
TESTEMUNHAS



Nome: Laura Maria Brant de Carvalho

RG: 7.779.322-5 SSP SP

CPF: 011.279.998-18



Nome: Ricardo Luigi Cuconati

RG: 21.902.206 SSP SP

CPF: 273.482.408-60

(este Anexo I faz parte da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Fertilizantes Heringer S.A." celebrada entre Fertilizantes Heringer S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com a interveniência e anuência de Dalton Dias Heringer e sua cônjuge Eny de Miranda Heringer, Dalton Carlos Heringer e sua cônjuge Luciana de Cássia Dordetti Heringer e Juliana Heringer Rezende e seu cônjuge Rodrigo Bortolini Rezende, em 2 de agosto de 2010)

ANEXO I

ÍNDICES FINANCEIROS

1. Os seguintes Índices Financeiros deverão ser calculados pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário, com base nas informações trimestrais consolidadas auditadas ou nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, conforme o caso, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento das informações exigidas no item 8.1 (i) (a) da Escritura, até a Data de Vencimento:

1. Capex + Dividendos \leq 50% do Lucro Líquido do ano anterior

1.1 Este Índice Financeiro será medido anualmente, sendo que a primeira medição será realizada em 31 de dezembro de 2011.

2. (Ativo Circulante - Tributos Federais a recuperar)/Passivo Circulantes \geq 0,7

2.1 Este Índice Financeiro será medido trimestralmente, a partir de 30 de setembro de 2010. Se o resultado superar o índice fixado, será calculado o capital de risco da empresa, de acordo com a fórmula a seguir:

Índice de Capital de Risco = (Ptax fechamento do trimestre – Ptax fechamento trimestre anterior)/Ptax fechamento trimestre anterior

2.2 Se o Índice de Capital de Risco do período for \leq 5%, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

2.3 Se o Índice de Capital de Risco do período for $> 5\%$, o Índice Financeiro será recalculado, utilizando-se como taxa de conversão dos ativos e passivos em dólar americano pela Ptax do fechamento do trimestre anterior.

2.3.1 Se mesmo após o recálculo, o resultado do Índice Financeiro ainda for menor que o índice fixado, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

2.3.2 Se, após o recálculo, o resultado do Índice Financeiro for maior ou igual ao índice fixado e, caso seja a segunda vez consecutiva do não cumprimento deste Índice Financeiro, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

2.3.3 Se, após o recálculo, o resultado do Índice Financeiro for maior ou igual ao índice fixado e caso não seja a segunda vez consecutiva do não cumprimento deste Índice Financeiro, Emissora estará de acordo com este Índice Financeiro.

3. Dívida Bancária (CP + LP) + Fornecedores $\leq 60\%$ do Receita Bruta de Vendas do exercício anterior

3.1 Este Índice Financeiro será medido trimestralmente, a partir de 30 de setembro de 2010. Se o resultado do Índice Financeiro superar o índice fixado, será calculado o Índice de Capital de Risco do período, de acordo com a fórmula apresentada no item 2.1 acima.

3.2 Se o Índice de Capital de Risco do período for $\leq 5\%$, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

3.3 Se o Índice de Capital de Risco do período for $> 5\%$, o índice será recalculado, utilizando-se como taxa de conversão da dívida bancária indexada ao dólar americano e dos fornecedores estrangeiros a Ptax do fechamento do trimestre anterior.

3.3.1 Se mesmo após o recálculo, o resultado do Índice Financeiro ainda for maior que o índice fixado, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

3.3.2 Se após o recálculo, o resultado for menor ou igual ao índice fixado e, caso seja a segunda vez consecutiva do não cumprimento deste Índice Financeiro, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

3.3.3 Se, após o recálculo, o resultado do Índice Financeiro for maior ou igual ao índice fixado e, caso não seja a segunda vez consecutiva do não cumprimento deste Índice Financeiro, Emissora estará de acordo com este Índice Financeiro.

2. Define-se:

Ativo Circulante	É representado pelas disponibilidades financeiras e outros bens e direitos que se espera sejam transformados em disponibilidades, vendidos ou usados dentro de um ano ou no decorrer de um ciclo operacional. Estão compreendidos neste grupo do ativo (1) os valores monetários, (2) as aplicações temporárias de disponibilidades em títulos negociáveis, (3) as contas a receber, (4) os créditos contra (a) acionistas, desde que não relacionados com subscrição de ações e (b) empresas coligadas, quando realizáveis no decurso do exercício seguinte, (5) as dívidas de diretores e empregados, (6) os estoques de mercadorias, matérias-primas, produtos em fabricação, produtos acabados e almoxarifado geral e (7) os pagamentos antecipados a curto prazo, tais como aluguéis, seguros, juros e impostos.
CAPEX	Corresponde à soma dos investimentos em bens de capital.
Data de Medição	Corresponde à data de encerramento de cada trimestre, para os Índices Financeiros medidos trimestralmente, e a 31 de dezembro de cada ano, para o Índice Financeiro medido anualmente, cuja primeira medição ocorrerá em 31 de dezembro de 2011.
Dívida Bancária	É a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, considerar-se-ão como dívida.
Dividendos	Significa o valor da conta "Dividendos" das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, apresentado nas demonstrações de mutação

	do patrimônio líquido relativo ao período, relativo aos 12 (doze) últimos meses.
Fornecedores	Significa o valor da conta Fornecedores das informações trimestrais consolidadas ou das demonstrações financeiras consolidadas, conforme o caso, da Emissora, incluindo fornecedores nacionais e estrangeiros.
Lucro Líquido	Significa o valor da conta “lucro líquido” das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativo aos 12 (doze) últimos meses do exercício anterior à Data de Medição.
Passivo Circulante	São as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício seguinte à data do levantamento dos balancetes mensais e do balanço patrimonial.
Ptax	Taxa de câmbio calculada ao final de cada dia pelo Banco Central do Brasil.
Receita Bruta de Vendas	Significa a soma do total de vendas do ano anterior, equivalente ao valor da conta de “Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços” das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora do exercício anterior à Data de Medição.
Tributos a Recuperar	Corresponde ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pertencentes à conta de Tributos a Recuperar, conforme notas explicativas das informações trimestrais consolidadas ou das demonstrações financeiras consolidadas, conforme o caso, da Emissora.

3. Caso haja mudança na legislação e/ou regulamentação que acarrete alteração nos critérios de contabilização da Emissora e que venha a impactar o cálculo dos Índices Financeiros, a Emissora e os Debenturistas que representem mais da metade das Debêntures em Circulação, de comum acordo, deverão escolher um auditor independente de primeira linha para calcular novos Índices Financeiros equivalentes aos estabelecidos nesta Escritura.



JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 09/08/2010 SOB Nº: ED000639000

Protocolo: 10/081575-8, DE 05/08/2010

Empresa: 32 3 0002794 6
FERTILIZANTES HERINGER S/A

PAULO CESAR BECACICI ESTEVES
SECRETARIO-GERAL